Lixão pode deixar Estrutural

Câmara Legisltiva discute alternativas com embaixadas e com ONGs

DANYELLA PROENÇA

O destino do lixão da Estrutural pode estar finalmente próximo de um final feliz. A Câmara Legislativa já discute com embaixadas e ONGs internacionais a possibilidade de implantar um novo aterro sanitário e utilizar o lixo para a geração de energia. A intenção é elaborar um projeto com o respaldo das entidades competentes ainda este ano.

A iniciativa partiu da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, Meio-Ambiente e Turismo da Câmara, presidida pelo deputado Augusto Carvalho (PPS). O deputado já se reuniu com representantes das embaixadas da Holanda e do Japão, além de uma ONG belga chamada 11.11.11.

A Holanda e o Japão demonstraram interesse em financiar o projeto. Os dois países têm fortes motivos para investir na queda da emissão de gases poluentes na atmosfera. É que o Protocolo de Kyoto, em vigor desde o mês passado, estabelece uma política de compensação baseada na compra de créditos de carbono. Na prática, é como se fosse uma licença para poluir, balanceada pela participação em projetos nos países em desenvolvimento.

Embora haja um entendimento com as duas embaixadas, ainda não há nenhuma medida concreta em condições de ser anunciada. Segundo a assessoria do deputado Augusto Carvalho, que está coordenando a iniciativa, a meta agora é sondar possíveis parceiros e investidores. A partir desse panorama, será possível elaborar um projeto baseado nas exigências internacionais.

Na quarta-feira, representantes da embaixada do Japão e da ONG belga 11.11.11 acompanharam Augusto Carvalho em uma visita ao lixão da Estrutural. A situação caótica encontrada mobilizou os presentes, que se mostraram dispostos a trabalhar pela revitalização do local. O projeto inclui a definição de uma ou mais áreas para a transferência do lixão; a construção de um aterro sanitário devidamente controlado; e a recuperação da área ocupada atualmente, além da implantação de infra-estrutura para gerar energia a partir dos gases vindos do lixo.

O modelo que o deputado Augusto Carvalho pretende seguir é o do projeto Nova Gerar, implantado em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Em parceria com a Holanda e com o Banco Mundial, a iniciativa conseguiu recuperar o local e pode render ao Brasil cerca de R$ 8,5 milhões com a venda de créditos de carbono.

De acordo com a assessoria do deputado, a Holanda foi novamente procurada porque a estrutura do lixão da Estrutural é bastante semelhante ao de Nova Iguaçu. O volume de resíduos recebidos por dia é de aproximadamente 1,5 mil toneladas, o que gera de um a dois megawatts de energia por ano. Quanto maior o volume de gás emitido, mais energia renovável será gerada, podendo ser destinada para a comunidade próxima à área.

Monique Renne

O VOLUME de resíduos do atual lixão atinge 1,5 mil toneladas na média diária

Holanda confirma o interesse

Para repetir a parceria, o próximo passo é a reunião com o representante do Banco Mundial no Brasil que avalia os projetos desse tipo. O encontro com o economista ambiental Werner Kornexl está marcado para essa sexta-feira, às 15h.

– A intenção é ver como Brasília pode se beneficiar com o Protocolo de Kyoto. Estamos dando o pontapé inicial para que o GDF desperte para a questão. O foco agora são as parcerias – defende Gustavo Souto Maior, presidente da Associação Amigos do Parque Nacional de Brasília e um dos envolvidos no projeto.

O primeiro-secretário da Embaixada da Holanda no Brasil, Joris Jurriens, reiterou o interesse em repetir na Estrutural a experiência de Nova Iguaçu. Segundo ele, a Holanda pretende investir em mais projetos ambientais pelo Brasil, mas ainda é cedo para confirmar a participação no Distrito Federal:

– Para a Holanda, é muito interessante financiar projetos de redução de gases poluentes em outros países. Nós esperamos poder participar de outras experiências no Brasil, mas não podemos dar nenhuma certeza em relação à Estrutural no estágio em que o processo está. Temos grande interesse, mas antes é preciso que o projeto se formalize junto a instâncias internacionais, como o Banco Mundial – declara Jurriens.

JORNAL DO BRASIL 11 MAR 2005